

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Ciências Econômicas

Especialização em Gestão Pública

Anderson Azevedo Ferigate

**O NOVO ENSINO MÉDIO DE TEMPO INTEGRAL EM UMA ESCOLA
MINEIRA**

**Belo
Horizonte
2023**

Anderson Azevedo Ferigate

**O NOVO ENSINO MÉDIO DE TEMPO INTEGRAL EM UMA ESCOLA
MINEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Especialização
em Gestão Pública, como requisito
parcial para obtenção do Certificado de
Especialista.

Orientador: Professor Dr. Ivan Beck
Ckagnazaroff

**Belo
Horizonte
2023**

Ficha catalográfica

F356n
2023 Ferigate, Anderson Azevedo.
O novo ensino médio de tempo integral em uma escola mineira
[manuscrito] / Anderson Azevedo Ferigate. – 2023.
1 v.

Orientador: Ivan Beck Ckagnazaroff.

Monografia (especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia.

1. Administração. 2. Gestão pública. I. Ckagnazaroff, Ivan Beck.
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. III. Título.

CDD: 658

Elaborado por Adriana Kelly Rodrigues - CRB-6/2572
Biblioteca da FACE/UFMG. – AKR/57/2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CENTRO DE APOIO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME: **ANDERSON AZEVEDO FERIGATE, Nº. DE REGISTRO: 2022705666**

TRABALHO FINAL: **“O NOVO ENSINO MÉDIO DE TEMPO INTEGRAL EM UMA ESCOLA MINEIRA”.**

Trabalho de Conclusão da Especialização apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública, do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

APROVADO em 28 de setembro de 2023, pela Banca Examinadora constituída pelos Membros:

Prof. Dr. Ivan Beck Ckagnazaroff (Orientador CEPEAD/UFMG)

Profa. Dra. Sabrina Espinele da Silva (Membro da Banca Examinadora CEPEAD/UFMG)

Profa. Dra. Simone Evangelista Fonseca (Membro da Banca Examinadora CEPEAD/UFMG)



Documento assinado eletronicamente por **Sabrina Espinele da Silva, Usuária Externa**, em 02/01/2024, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Simone Evangelista Fonseca, Usuária Externa**, em 02/01/2024, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2937935** e o código CRC **D63B6B4E**.

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso à minha mãe, Vera Maria de Azevedo Ferigate que sempre me incentivou aos estudos, à minha avó, Maria José de Azevedo (*In memoriam*) por sempre me fazer acreditar em mim mesmo e nos meus objetivos.

Agradecimento

Agradeço o tempo desta pesquisa e os esforços para realizá-la à minha família, pelo apoio e incentivo, especialmente, minha mãe Vera Maria de Azevedo Ferigate.

Aos colegas de curso da Pós-graduação que sempre estão dispostos a ajudar uns aos outros. Ao meu amigo, Johnata Montan, pela tradução do resumo. Aos tutores do curso, prof. Daniel Francisco Bastos Monteiro e prof.^a Daniele Oliveira Xavier, pelos conselhos, correções e avaliações em trabalhos e pesquisas relacionados ao curso. Ao meu orientador, prof. Ivan Beck Ckagnazaroff, pela acolhida do tema e por suas observações que enriqueceram a pesquisa

Agradeço ainda aos demais professores do Curso de Especialização em Gestão Pública da UFMG e, por extensão, à própria universidade, bem como ao projeto Trilhas do Futuro do Governo do Estado de Minas Gerais, pela oportunidade de aprender, pesquisar mais e contribuir para o resultado deste trabalho.

RESUMO

O propósito desta pesquisa é fazer um estudo de caso para compreender como está sendo implementado o Novo Ensino Médio Integral em uma escola estadual mineira. A intenção é verificar como uma política pública de âmbito nacional afeta a vida dos estudantes atendidos por ela. A reforma do Ensino Médio no Brasil acontece após uma lei federal de 2017. Na escola selecionada para esta pesquisa o Ensino Médio Integral vem sendo implementado desde 2019, mas com a pandemia de COVID 19, só atingiu todas as turmas desta etapa do ensino em 2022. O Novo Ensino Médio tem sido alvo de debate recente e constante no país. O trabalho leva em consideração como esse tipo ensino afeta os estudantes (seja no número de matrículas, nas aprovações, reprovações ou abandono escolar), os professores e a comunidade escolar e nos levar a refletir se há necessidade de aperfeiçoamento ou alteração. A pesquisa, realizada entre setembro e outubro de 2023, com a revisão da literatura pertinente ao tema e com análises de dados públicos, através do Censo da Educação, fornecido pelo INEP, relativos aos anos de 2018, 2020 e 2022, com informações sobre o colégio de referência que ajudam a compreender como todo este processo do Novo Ensino Médio de Tempo Integral afeta o ambiente escolar e impacto que pode causar no futuro destes jovens. Ao fim, verificamos que, nesta escola, houve aumento de evasão escolar no terceiro ano do Ensino Médio entre 2018 e 2022 e baixo rendimento escolar o que pode ser atribuído ao fato de parte destes alunos precisarem trabalhar. Um problema que pode ser resolvido com empenho local, estadual e federal.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio; Tempo Integral; Política Pública, Educação Integral; Reforma de Ensino.

ABSTRACT

The purpose of this research is to do a case study to understand how the New Integral High School is being implemented in a state school in Minas Gerais. The intention is to verify how a national public policy affects students' lives who are supervised by it. The High School Reforms in Brazil happen after a federal law in 2017. In the model school of this research the Integral High School has been implemented since 2019, however, because of the Covid 19 pandemic, all classes were only reached in 2022. The New High School has been recently and constantly a target of debate in the country. This paper takes into consideration how this type of teaching affects students (in regard of the number of enrolments, passing or failing and school withdrawal), the teachers and the school community and makes us reflect on the necessity of improvements or changes. The research, carried out between September and October 2023, with a review of the literature relevant to the topic and with analysis of public data, through the Education Census, provided by INEP, relating to the years 2018, 2020 and 2022, provides information about the reference school that helps to understand how this entire process of New Integral High School affects the school environment and the impact it can have on the future of these young people. In the end, it appears that, in this school, there was an increase in dropouts in the third year of high school between 2018 and 2022 and low academic performance, which can be attributed to the fact that some of these students need to work. A problem that can be solved with local, state and federal commitment.

Keywords: New High School; Integral Time; Public Politics; Integral Education; Teaching Reform.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1 Políticas Públicas: Implementação e avaliação	11
2.2 Educação e escola de tempo integral	12
3. METODOLOGIA	17
4. ANÁLISE DE DADOS	18
5. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	22
6. CONCLUSÃO	24
REFERENCIAS	26

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a implementação do Novo Ensino Médio de Tempo Integral como política pública em uma escola estadual de Minas Gerais.

Este estudo de caso se justifica na medida em que se verifica uma preocupação cada vez maior do Governo Federal com a implementação de escolas do modelo integral, pela previsibilidade da implementação total do Novo Ensino Médio e pelo atual debate em que se discute a lei aprovada em 2017, com consulta pública do Ministério da Educação, com vistas a mudanças nesta lei da reforma do Ensino Médio. Os dados levantados ajudarão a entender o processo de adaptação deste modelo de ensino nesta escola e como isto afetou a vida de seus estudantes.

Tem como objetivo principal analisar como esta política tem sido implementada em uma escola estadual de Juiz de Fora, Minas Gerais e como objetivos específicos: comparar matrículas, evasões, aprovações e reprovações nesta escola, ao longo de três ciclos, 2018, 2020 e 2021; avaliar o perfil socioeconômico dos alunos; analisar como os conceitos de Educação de Tempo Integral e Educação Integral são trabalhados neste processo; analisar a eficácia de tal modelo na escola investigada.

Isto posto, leva-nos a dois problemas serem discutidos: primeiro – Como a política pública do Novo Ensino Médio Integral está sendo implementada em uma escola estadual mineira? Segundo – Que impactos a implementação desta política tem no corpo discente da escola?

O Ensino Médio é etapa importante na vida escolar, pois, a partir dele, os adolescentes começaram a vislumbrar as possibilidades de trabalho e desenvolvimento intelectual que poderão escolher para sua vida adulta. Portanto, é de muita relevância que seja possível analisar o impacto desta política pública na vida dos jovens.

Para chegar ao referido estudo de caso, pretende-se demonstrar o caminho das políticas públicas e como elas devem ser implementadas. Para tanto recorro à bibliografia pertinente para o assunto. Agum, Riscado e Menezes (2015, pag. 16), alertam que projetos, planos e programas de políticas públicas devem ter o devido acompanhamento e análise constantes, já que eles estão aptos às transformações advindas de novas concepções científicas e sociais.

Dada a relevância estratégica desta política pública para o Ensino Médio, considera-se que é importante realizar um estudo sobre como este projeto do Novo Ensino Médio

de Tempo Integral vem sendo implementado de acordo com seus objetivos sociais e pedagógicos

É necessário lembrar também que toda política pública terá uma consequência política e os atores envolvidos precisam ter conhecimento do ônus e do bônus daquilo que foi realizado. As políticas públicas devem trazer no seu bojo outras questões além daquela da racionalidade administrativa, incorporando elementos que irão impactar os principais afetados por ela, o corpo docente, os discentes e suas famílias.

É importante que se tenha a compreensão se a atividade política estadual está atingindo seus objetivos e atendendo corretamente a um determinado segmento social: o dos alunos mais carentes do Estado, que são aqueles que necessitam da escola pública para ter acesso ao direito constitucional da educação.

No que tange ao Novo Ensino Médio, pretende-se, ainda, demonstrar como a variante propedêutica (aquela que é preparatória para cursos superiores) desta etapa do ensino é afetada em seu planejamento total no que se refere à distribuição da carga horária de aulas que devem ser divididas entre disciplinas curriculares da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e os ditos itinerários formativos, que correspondem às disciplinas complementares.

Pretende-se ainda verificar como o conceito de educação de tempo integral está sendo tratado por esta política, com base na aprovação da Lei 13.415/2017 e em que extensão a educação integral do aluno está sendo considerada.

Essa observação nos faz refletir sobre a real necessidade da reforma do Ensino Médio, se o que se almeja obter é apenas a permanência de adolescentes durante o dia todo no colégio, evitando que a escola realmente possa fazer a diferença significativa em suas vidas. A falta de conexão dos itinerários formativos com a vivência e as necessidades reais da vida prática pode acabar sendo um dos fatores que desestimula os jovens a ficarem tanto tempo estudando. A propagação da formação técnica não está disponível a todos. O colégio, que será objeto deste estudo de caso não tem e parte das escolas não estão preparadas fisicamente para ofertar tais cursos.

Existe o risco de que os mais prejudicados com a reforma sejam os alunos mais carentes, em geral, habitantes das periferias, que tem que se dividir entre o trabalho e o estudo; para quem ficar na escola o dia inteiro não é mais uma opção, e sim, fator de exclusão escolar e social. Na medida em que não encontra, perto de sua casa, uma alternativa viável, caso a escola não ofereça o Ensino Médio noturno, se verá obrigado a evadir.

Seguindo o raciocínio de Maria Luiza Sussekind (2019, pág. 97) Cursos apartados do “chão” da escola e da realidade dos professores tendem a agravar o problema, pois deixam os docentes sem as ferramentas adequadas para lidar com a sua clientela estudantil, ficando preso em cursos (tanto os que ele faz enquanto professor, quanto os que são oferecidos aos alunos, dentro das disciplinas eletivas do itinerário formativo.) inócuos, que não despertam o menor interesse, não faz ligação com a vida prática, nem com aquilo que será cobrado destes estudantes no futuro. Daí a crítica à diminuição da carga horária das disciplinas da BNCC, incluindo português e matemática. Sabe-se da deficiência nacional em interpretação de texto e educação matemática, disciplinas fundamentais para as outras: história, geografia, filosofia e sociologia ou física, química e biologia. Estas que constituem recorte fundamental na formação humana. Estimular o pensamento crítico e a curiosidade científica são deveres da escola e deveriam estar no cerne do planejamento de um Ensino Médio digno e humano.

Pretende-se, então, comparar o número de matrículas, a taxa de evasão e reprovação escolar em dois ciclos, a saber: Em 2018, antes do Ensino Médio de Tempo Integral ser implementado na escola; e 2022, após a sua implementação total, em todas as turmas do 1º ao 3º ano do Ensino Médio. Também serão mostrados os mesmos dados em relação ao ano de 2020, para efeito de esclarecimento, porém, esta etapa não corresponde a um ensino integral presencial, já que vivíamos a pandemia de Covid 19 e as aulas foram apenas virtuais.

Em suma, espera-se demonstrar, ao fim deste artigo, o impacto sofrido com a implementação do Novo Ensino Médio de tempo Integral pela Escola Estadual modelo deste caso, em Juiz de Fora, Minas Gerais, fazendo análises comparativas das matrículas de antes e depois de tal mudança e o impacto que isso teve na vida dos jovens, calculando a mudança de turno, evasão e reprovação escolar, com o objetivo de verificar se a concretude desta política pública é viável para uma escola pública do estado

2. REVISÃO DA LITERATURA

Como esta pesquisa se debruça sobre a importância de uma política pública bem ampla, que a proposta do Novo Ensino Médio de Tempo Integral, baseada em lei federal de 2017, acredito que seja importante rever o conceito de políticas públicas de forma geral, especialmente, no que tange as fases de implementação e avaliação e, também,

acrescentar uma discussão sobre como a questão do Ensino Médio Integral tem sido visto por especialistas no assunto.

3.1 Políticas públicas: implementação e avaliação

O Novo Ensino Médio é uma política pública que vem sendo implementada desde 2022 em todo o território nacional. Ainda que alguns estados tenham feito experimentos anteriores a esse período, incluindo, Minas Gerais, somente a partir do referido ano acima, todos os sistemas educacionais estaduais foram obrigados a adotar o novo currículo para esta etapa de ensino. Assim, ainda que não se tenha terminado o ciclo de 3 anos, é possível analisarmos como esta política pública vem sendo implementada e avaliar o que já foi feito, tendo como meta analisar os impactos de tal medida, especialmente do Ensino médio Integral, na vida dos estudantes.

Segundo Perez (2010), a fase de implementação de uma política pública costuma ser negligenciada nos estudos acadêmicos em geral, que acabam se debruçando mais sobre as fases de agenda, projeto e avaliação. No entanto, estudos sobre a fase de implementação demonstram que esta pode variar muito de acordo com a política e seus diferentes formatos, se são centralizados ou descentralizados. É importante que se analise a inter-relação entre as esferas de poder que implementam a medida e como ela vai se adaptando de acordo com a experiência local. No caso desta política educacional, voltada para o Ensino Médio, há que se ver a realidade que a escola modelo vem implementando, com base no que foi ofertado pela Secretaria de Estado de Educação, que por sua vez, visava atender a política estabelecida por lei federal.

Já Mendes e Sordi (2013), alertam para um erro comum quando temos em vista a implementação de uma política pública: a de que seria possível controlá-la de cima para baixo, apenas concentrando-se em responsabilidades administrativas e uma exposição clara dos resultados esperados. Parece, portanto, que uma medida, como a Lei do Novo Ensino Médio de Tempo Integral, só poderia ser implementada dando autonomia às Secretarias Estaduais de Educação, como de fato foi feito, mas, para além disso, observando a realidade da comunidade escolar em que se pretende instaurar tal política.

Estudos sobre a implementação e avaliação de políticas públicas, especialmente na área educacional, são algo recente na história brasileira e ganham mais notoriedade a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) por pressão da economia do terceiro setor (Organizações Não-Governamentais). No entanto, ainda não havia segundo

(LIMA e MARRAN, 2013) uma cultura de avaliação, que pudesse amadurecer e possibilitar transformações na qualidade dos instrumentos pedagógicos ou da qualificação docente. Agora, na segunda década do século XXI, embora ainda não estejamos totalmente plenos com uma cultura de avaliação de políticas públicas, pelo menos, ensaia-se uma avaliação na área educacional que pode ser feita de maneira aberta e coletiva. Desta maneira, a proposta do Novo Ensino Médio de Tempo Integral, estabelecida em lei em 2017 e que vem sendo implementada desde 2022, começa agora, em 2023 a ter seus primeiros anos de vigência questionados e reavaliados pelo Ministério da Educação (MEC), que fez recente consulta pública sobre o tema e já prometeu mudanças substanciais no currículo.

Há se ter sempre em mente que, quando falamos de avaliar uma política pública, estamos falando de julgar, analisar criticamente a proposta e o que foi realizado a partir dela. Se o que foi feito atende aos parâmetros de qualidade do foi proposto, atribuindo valor e importância, em suma, o mérito da própria política pública.

Ao avaliar-se uma política pública como a do Novo Ensino Médio, pretende-se que ocorra, por parte dos gestores políticos e educacionais, que planejaram e implementaram tal medida, uma maior compreensão da intervenção social realizada, o impacto disto em seu público-alvo e nas comunidades onde foi instalada. O objetivo, portanto, é trazer informações úteis que contribuam para o aperfeiçoamento da medida, identificando os pontos fortes e fracos, sugerindo alternativas ou reformulação para uma nova etapa de planejamento e implementação.

3.2 Educação e escola de tempo integral

A mais recente reforma do Ensino Médio foi instituída pela lei 13.415, de 2017, no governo de Michel Temer e propunha, entre outros pontos, modificar a estrutura do ensino integral no Brasil, porém seu trajeto foi tortuoso e cheio de sobressaltos.

Silva e Boutin, (2017, pag. 523) identificam os primeiros passos de uma tentativa de reforma do ensino médio, em 2013, por meio do Projeto de Lei 6.840, de autoria do então deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). Projeto este que contou com instituições públicas e privadas de ensino que enfatizaram a necessidade de uma educação com currículo diversificado e atrativo, restrições à oferta do ensino médio noturno e ampliação da carga horária do estudante. Com a repercussão negativa em alguns setores educacionais que criticaram, justamente, sobre esta falta de oferta de estudos a noite e ampliação da carga-

horária diária que poderiam aumentar a evasão escolar dos adolescentes mais pobres que trabalham e estudam, surgiu um manifesto feito pelo, então criado, Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, que conseguiu propor alterações que, se não fossem feitas, iriam prejudicar estudantes de escolas públicas. Porém, o advento do Impeachment de Dilma Roussef, em 2016, congelou o projeto.

Em setembro de 2016, a Reforma voltou como Medida Provisória, de maneira intempestiva, assustando estudantes e educadores. Apesar de protestos e revoltas em todo o país, a reforma passou na Câmara dos Deputados em dezembro de 2016 e no Senado Federal no início de 2017, sendo promulgada pelo Presidente da República em fevereiro daquele ano. Para os autores acima citados, a rapidez da tramitação da matéria no congresso e os inúmeros interesse privados atendidos pela nova lei leva a imaginar que a educação integral não é a única intenção do Novo Ensino Médio.

A lei aprovada traz, entre outros itens, que o Ensino Médio será formado por duas linhas, as disciplinas chamadas de regulares e que se encontram na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e os itinerários formativos que englobariam conhecimentos dentro de cinco áreas de conhecimento estabelecidas na legislação: Matemática e suas tecnologias, Ciências humanas e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias; Linguagens e suas tecnologias; além de Formação técnica e profissional que seria implementada com o tempo. Os estabelecimentos de ensino estariam livres para escolher os seus próprios currículos, com base em uma ou mais dessas áreas de conhecimento. Porém, esta escolha não é tão simples e depende da capacidade física e docente que o colégio tem para oferecer a sua clientela estudantil. Segundo Gomes (2019, pag. 43), a maior parte das escolas brasileiras não tem ambiente físico preparado para todas as modalidades, então, na prática, elas serão obrigadas a escolher entre um ensino propedêutico ou um profissionalizante de acordo com a sua realidade estrutural.

No Brasil, a ideia de educação integral está muito alinhada a quanto tempo o aluno passa na escola, tanto na quantidade de dias letivos, como na carga horária diária do estudante. Em tese, a escola, neste novo modelo, deve promover a formação integral e integrada do aluno, porém o foco está muito mais na jornada ampliada de estudos do que na formação integral dos adolescentes e jovens atendidos.

Deste modo, a formação integral e integrada parece estar em segundo plano, uma vez que não é o tempo ampliado que está em prol da educação integral,

mas ao contrário, a educação dita integral parece ser uma manobra para contemplar o tempo ampliado. (SILVA e BOUTIN, 2017, pag. 525.)

A grande questão do aumento da carga horária do Ensino Médio é que, com 1400 horas de carga horária anual que tem que ser cumprida pelo aluno, quais, levando em conta os diversos problemas socioeconômicos que afligem os estudantes de escola pública e que muitos são fonte de renda para a própria família, conseguirão realmente chegar ao fim desta etapa de ensino?

Como está sendo feita a implementação do Novo Ensino Médio de Tempo Integral a partir de um programa educacional determinado em nível federal, após a aprovação da reforma dessa etapa de ensino pelo Congresso Nacional em 2017, e que se transforma em política pública no Estado de Minas Gerais que visa atingir especialmente os adolescentes, impactando enormemente suas vidas? O propósito dessa política, que começa a ser implementada no Estado em 2019, mas que sofre reformulações em 2022, por conta das adaptações do currículo estadual ao currículo nacional, é ofertar educação, teoricamente de qualidade, nos períodos matutino e vespertino, fazendo com que o aluno tenha algumas refeições diárias, além de estímulo aos estudos, à pesquisa, à convivência e ao lazer. Há que se levar em consideração que, apenas aumentar a carga horária diária ou seja, o tempo de permanência do aluno na escola, não garante sua formação integral. O modelo pode impedir, na prática, que o adolescente possa exercer algum tipo de trabalho, mesmo como menor aprendiz, fora da escola. Fator que é um desestímulo ao jovem periférico que precisa trabalhar, seja por pressão familiar, seja por motivação pessoal de querer começar uma vida profissional e financeira.

Segundo Celina Souza (2002, pág. 4) “as políticas públicas precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.”. Portanto, ao formular política pública que irá impactar profundamente a vida dos “atendidos” por ela, é preciso que se tenha noção do que estes realmente precisam.

Aqui, neste trabalho quando há referência ao Ensino Médio de Tempo Integral, está se orientando para a escola pública. O jovem de classe média ou alta que não precisa se submeter ao modelo imposto do Estado, está resguardado, pois a ele é conveniente que fique 9 horas na escola por dia, aprendendo com os últimos recursos didáticos, praticando esporte em quadras razoáveis, fazendo ciência em laboratórios e fazendo arte em

auditórios. Ali, onde todas essas potencialidades podem e são exploradas de maneira a fazer uma educação integral e não somente de tempo integral. Mas isto é extremamente desigual para o aluno periférico da escola pública, pois, geralmente vem de família grande e pobre e mesmo que quisesse, não pode se dar ao luxo de passar o dia na escola, mesmo que bem alimentado, pois acaba se vendo forçado a começar a trabalhar.

É preciso observar que estas políticas devem prever melhorias na vida coletiva em algum segmento social, no caso, aqueles que serão impactados diretamente com a medida, ou seja, os estudantes e suas famílias.

São muitos os aspectos que apontam que a classe trabalhadora é a mais prejudicada com essa política pública adotada. O estudo de Soares e Souza (2019, pág.97) indica que ao final dos três anos do Ensino Médio propedêutico, o aluno deverá cumprir a carga horária de 4.200 horas, sendo que destas, menos de 50% serão destinadas às disciplinas da BNCC, ampliando enormemente os chamados itinerários formativos. Na prática, excluem aulas de matemática, língua portuguesa, história, física, filosofia e outras, com a pretensa desculpa de se fazer uma formação integrada.

É preciso ter em mente também que o Ensino Médio é a etapa intermediária entre o Ensino Fundamental e o Ensino Superior, que separa o adolescente de sua vida adulta profissional e que sempre se especulou o que fazer nessa fase da vida do estudante, se um ensino que o preparasse para o Terceiro Grau, no caso o ensino propedêutico ou um ensino profissionalizante, que já encaminhasse o jovem para o mercado de trabalho, como pode ser conferido no artigo de Gomes (2019, pag. 22).

O Ensino Médio é o nível de escolarização que se encontra entre o Ensino Fundamental e o Ensino Superior. Por esse motivo, sempre houve uma dificuldade em estabelecer uma identidade própria para esse nível de ensino, posto que sua proposta sempre esteve no embate, entre uma formação voltada para a entrada no Ensino Superior ou uma formação técnica voltada para o ingresso no mundo do trabalho.

Compreende-se que é comum que qualquer política pública que visa substituir uma já existente encontre resistências dos que serão diretamente atingidos pela nova medida implementada, no caso, corpo docente e discente. Com isto em mente, é preciso levar em consideração que professores e estudantes não são apenas números e objetos que podem ser testados e manipulados ao bel prazer dos governantes de plantão. Os alunos chegam

ao Ensino Médio com alguma expectativa do que virá, de como a sua vida irá se construir a partir de um modelo proposto pela escola. No caso do estudante da escola pública, muito possivelmente, seu projeto de vida englobará o que ele pode fazer paralelamente ao colégio. A perspectiva de trabalhar apenas ao término de um curso superior está muito distante da maioria desses jovens, ao passo que cursos técnicos de entidades públicas, que não sejam aqueles oferecidos (quando há essa alternativa) pelo próprio colégio de ensino integral, também se mostram longe de suas possibilidades. A maior parte dos jovens, acaba adentrando o mundo do trabalho como menor aprendiz, office boy, ou até mesmo pela informalidade, fazendo com que não seja uma alternativa viável ficar o dia todo na escola.

Segundo Lino (2017) os defensores da reforma do Ensino Médio argumentavam que havia uma expansão enorme de matrículas nos Ensinos Fundamental e Médio no país, nos últimos anos, ao mesmo tempo em que, aumentavam também, as evasões e as reprovações e que a equação desse problema seria solucionada com o modelo de tempo integral de Ensino. Entretanto, ainda segundo a autora, o que se verificou foi que a fragmentação de itinerários formativos e a ampliação da carga horária, sem o devido investimento educacional, poderia contribuir para que 2 milhões de adolescentes fiquem fora da escola.

A crítica contumaz de Maria Luiza Sussekind (2019, pag.97) que afirma, “Basta pensarmos na escola no singular, como modelo fixo, nas listas e hierarquias entre os conteúdos da BNCC, e no pacote de direitos e deveres do “novo” ensino médio que subalternizam estudantes tratando-os como objetos e não sujeitos do direito de aprender.”, se faz necessária ao presente estudo, justamente por trazer esse olhar apurado sobre uma política pública feita sem ouvir realmente quem se constituiu como os alicerces da escola, os alunos e os professores que enfrentam dia a dia os desafios da profissão e poderá servir de farol a clarear os dados obtidos da escola em questão. A autora nos faz refletir sobre o compromisso das políticas públicas com as pessoas que serão alvo desta ação. Para além de um holofote midiático que possa trazer repercussão eleitoral àqueles que elaboraram executaram a implementação do Novo Ensino Médio Integral em escolas públicas, é preciso saber se os estudantes e a comunidade onde vivem, estão de fato se beneficiando com a medida.

3. METODOLOGIA

O foco desta pesquisa é verificar a implementação e o impacto da política pública de Educação de Tempo Integral em uma escola mineira. Para tal, dados sobre o processo de adoção desta política, sobre a eficácia (o resultado imediato obtido com o número de evasão, reprovação, mudança de turno, número de matrículas no Ensino Médio Regular Noturno) e efetividade (o efeito que produziu depois de implantado na comunidade escolar) do Novo Ensino Médio de Tempo Integral, serão analisados.

Para tanto, pretende-se fazer um estudo quali-quantitativo. A pesquisa qualitativa se baseou na busca na literatura pertinente ao caso, com análise de textos que: ajudem a compreender os conceitos de Educação Integral e de Escola de Tempo integral; que explicitem o significado e o sentido das políticas públicas, a identificação de seu público-alvo, verificando se, de fato, estão sendo beneficiados por tal medida, ou seja, se esta nova estratégia educacional se reflete na quantidade de matrículas, no aumento das aprovações e na diminuição das reprovações e da evasão escolar, além do impacto na vida profissional dos docentes. Se observará ainda o impacto da Lei 13.415/2017 que regulamentou a implementação do modelo do Novo Ensino Médio no Brasil e que se encontra em seu segundo ano de execução obrigatória na prática.

Para além da interpretação desses dados advindos da literatura pertinente ao tema, esta pesquisa observacional, analítica e explicativa faz pesquisa quantitativa ao debruçar-se sobre dados da escola, disponíveis no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), referentes ao estudo de caso. É bom que se destaque que a referida escola começou a implantar um modelo de Ensino Médio integral em 2019, por determinação estadual. Este modelo findou em 2021, para que no ano seguinte, em 2022, fosse adaptado à exigência do currículo nacional baseado na lei de implementação do novo modelo desta etapa de ensino.

Portanto, a análise dos dados se dará em três momentos distintos: 2018, antes da implementação do Ensino Médio de Tempo Integral na escola, 2020, ano em que apenas o 1º ano do Ensino Médio era do modelo integral e 2022, já sob a regência da nova legislação do Novo Ensino Médio e com todos os anos seguindo este modelo de ensino. Nas três etapas se buscará os seguintes dados: Número de estudantes matriculados no início de cada ano; número de alunos aprovados, reprovado e que abandonaram os estudos (reprovados por infrequência e que nunca retornaram;). Portanto, estes indicadores nos mostrarão se o modelo implementado trouxe real benefício à vida dos estudantes fazendo

com estes permanecessem na escola e com êxito nas aprovações ou se, ao contrário, houve aumento em reprovações e abandono escolar. Sobre o ano de 2020, mais uma vez, vale ressaltar que a pandemia de Covid-19 impossibilitou aulas presenciais e portanto não caberia usar as taxas deste ano para as conclusões, já que não são dados que refletem a realidade dos alunos de escolas de tempo integral presencialmente.

De posse dos dados acima, além da simples comparação quantitativa, se buscará explicações, com base na literatura do tema e pesquisas de domínio público, como o Censo da Educação, o IBGE e outros, uma explicação sobre como está sendo feita a implementação de uma política pública de enorme impacto na vida das pessoas e como ela afeta, principalmente, os alunos mais carentes e que, na maioria das vezes, tem que optar entre o trabalho e o estudo.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Com os dados públicos fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão vinculado ao Ministério da Educação e, por extensão, ao Governo federal serão avaliados os seguintes quesitos: dados socioeconômicos de 2021, quantidade matriculados, de evasão escolar; de reprovações nos anos de 2018, 2020 e 2022. Dados sobre os quais será possível traçar um panorama geral do desenvolvimento desta política pública na escola modelo ao longo destes anos.

Quadro 1: Índice socioeconômico 2021

Nível	
I	0
II	7,04
III	12,42
IV	34,91
V	20,85
VI	19,11
VII	5,66
VIII	0

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do INEP.

O Indicador Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (Inse) elaborado pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), ligado ao INEP, em 2023, mas que faz referência ao ano de 2021, o último disponibilizado pelo órgão, demonstra a realidade dos alunos da escola deste estudo de caso. A nota técnica do instituto revela que os índices variam de nível I a VIII, (BRASIL/SAEB, 2023) e a tabela com os dados da escola demonstra que, dos alunos pesquisados, a maioria, 34,91%% estão no nível IV. A referida nota técnica nos informa que o seguinte sobre o nível IV:

Neste nível, os estudantes estão até meio desvio-padrão abaixo da média nacional do Inse. A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa uma geladeira, um banheiro, wi-fi, máquina de lavar roupa, TV por internet, um ou mais celulares com internet, sendo que eles não possuem alguns dos bens e serviços pesquisados. Algumas respostas não obtiveram maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou que a escolaridade da mãe (ou responsável) e/ou do pai (ou responsável) variando entre 5º ano do ensino fundamental completo e o ensino médio completo. (BRASIL/SAEB, 2023)

Portanto, os estudantes estão abaixo da média nacional, são de famílias com poucos bens materiais e cujos pais têm escolaridade entre o 5º ano do fundamental e o ensino médio. Esta realidade econômica das famílias vai levar os adolescentes a desejarem trabalhar cada vez mais cedo, seja para ajudar em casa, seja para ter alguma autonomia financeira, o que pode tornar o Ensino Integral desinteressante e contribuir para aumentar a evasão escolar, se não houver a opção de um ensino médio regular.

Quadro 1 – Média de alunos por turma/ Ensino Médio

	1º ano	2º ano	3º ano
2018	38,5	32	38,5
2020	28	26,5	35,5
2022	35,7	25,0	29,0

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do INEP.

Quadro 2 – Média de carga horária por turma/ Ensino Médio

	1º ano	2º ano	3º ano
2018	4,5	4,5	4,5
2020	7	4,5	4,5

2022	6,9	7	6,6
------	-----	---	-----

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do INEP.

É importante lembrar o porquê da escolha destes anos. 2018 foi o penúltimo ano do Ensino Médio Regular para todas as turmas desta etapa de ensino no colégio em estudo. Em 2020, foi o começo da implementação do modelo de Ensino Médio de tempo integral no mesmo local, começando pelo 1º ano; já 2022 foi o segundo ano do modelo do Novo Ensino Médio Integral segundo a nova legislação federal de 2017. É preciso considerar também que de março 2020 a outubro de 2021 as aulas presenciais foram suspensas por conta da pandemia de Covid-19 e os alunos estudaram on-line, no tempo que tinham disponível em casa, portanto, era um modelo emergencial não se caracterizando nem como um modelo regular, nem integral de ensino.

O quadro 1 nos apresenta alguns dados interessantes à luz desta pesquisa, pois podemos observar preliminarmente que em 2018 a escola tinha 38,5 alunos matriculados no 1º ano do Ensino Médio, mesmo número do 3º ano, próximo do limite de lotação permitido pelo Estado para esta etapa que é de 45 alunos por turma e o 2º ano contava com 32 alunos em média. Nesta época os estudantes entravam às 07 e saíam às 11:30 da manhã, tendo 5 aulas por dia de 50 minutos cada, o que se torna evidente no quadro 2, no qual o INEP apontava a média de 4 horas e meia na escola. É interessante notar que o terceiro ano, a última etapa, na qual os alunos têm por volta de 17 anos e já se encaminham para o mercado de trabalho, estava com muitos estudantes matriculados.

Como já mencionado acima, em 2020, o modelo Integral do Estado de Minas Gerais foi implantado apenas no 1º ano do Ensino médio, enquanto as outras etapas continuaram no modelo regular. Houve uma queda abrupta justamente no 1º ano, de 38,5 para 28 alunos em média por turma, um esvaziamento muito sintomático da mudança do tempo de permanência na escola. No segundo houve uma queda razoável na média dos matriculados, de 32 para 26,5, mas o terceiro, ainda no modelo regular e na etapa em que muitos buscam emprego, não houve mudança significativa, indo de 38,5 para 35,5. Os alunos do 1º ano Integral estudavam de 07 às 16:40, com três intervalos diários, inclusive um para almoço, enquanto os alunos do 2º e 3º anos continuavam estudando de 07 às 11:30. É importante ressaltar que no ano de 2020, as aulas presenciais foram até o mês de março apenas, sendo substituídas por aulas virtuais em virtude da pandemia de Covid-19, Situação essa que perdurou até outubro de 2021.

O modelo de Ensino Médio Integral com o currículo elaborado pelo Estado foi encerrado nesse colégio em 2021, para que no ano seguinte, em 2022, houvesse a substituição pelo modelo federal do Novo Ensino Médio. Outro dado importante do colégio é que foi também em 2022 que reimplantou, depois de muitos anos e por apelos dos alunos, da comunidade, dos professores, o Ensino Médio Regular Noturno. Os dados do INEP não fazem a diferenciação entre ensino médio regular ou integral, apenas revela a média da escola como um todo. Porém, a escola informa que no 1º ano do Ensino Médio Regular Noturno foram matriculados 35 alunos e no 2º ano da mesma etapa foram matriculados 32 alunos. A presença da opção regular noturna para esta faixa e ensino pode justificar o aumento na taxa de alunos por turma no 1º ano que salta de 28 para 35, 7.

Porém, ainda não havia 3º ano regular a noite e isso também está refletido nos números. Pois, como já mencionado, os estudantes dessa faixa de idade são, geralmente, os que deixam a escola durante o dia para trabalhar e em 2022, sem a opção noturna, esta etapa do Ensino Médio contava com 29,0 alunos por turma, em média. O que ainda era bem abaixo do que tinha em 2018, com Ensino regular, que era de 38,5.

Já as taxas de rendimento escolar do INEP (que demonstram índices de aprovação, reprovação e abandono escolar) nos demonstra os seguintes dados sobre os anos pesquisados:

Quadro 3: Taxas de rendimento escolar/ Ensino Médio

2018	1º ano	2º ano	3º ano
Aprovação	64%	85,1%	92,6%
Reprovação	17,3%	8%	0%
Abandono	18,7%	6,9%	7,4%
2020	1º ano	2º ano	3º ano
Aprovação	97,5%	99%	91,14%
Reprovação	0	0	0
Abandono	2,5%	1%	8,6%
2022	1º ano	2º ano	3º ano
Aprovação	71,6%	76%	64,8%
Reprovação	23,9%	22,3%	22,5%
Abandono	4,5%	2,7%	12,7%

Fonte: Elaborado pelo autor com os dados do INEP.

Sobre o quadro 3, é relevante lembrar que entre março de 2020 e outubro de 2021 as aulas presenciais foram substituídas por aulas on-line por causa da pandemia de Covid 19, fazendo com que na prática, o ensino integral naquele ano, não fosse efetivado devidamente e, ainda que, o estado aprovou automaticamente para os anos seguintes, todos os alunos matriculados e com a presença confirmada, fazendo com que vejamos os números “mágicos” de 0% de reprovações e de pouquíssima evasão escolar.

Nos compete, então, um olhar mais apurado para os anos de 2018, quando havia apenas o modelo regular para o Ensino Médio na escola de referência; e 2022, quando o Ensino Integral já fazia parte do currículo do Ensino Médio. Também cabe destacar que, em 2022, devido a forte demanda da comunidade escolar, foi implementado o Ensino Médio Regular Noturno. No entanto, apenas o 1º e o 2º anos eram ofertados a noite em 2022. Essa informação pode ser mais bem contextualizada nos números de aprovações de 2018 e 2022. Verifica-se que aumentou de 64% para 71,6%, assim como diminuição na taxa de abandono, de 18,7 para 4,5%. Ou seja, com a opção de ter uma turma de 1º ano a noite, aumentou-se a possibilidade dos alunos que poderiam evadir por conta de trabalho, continuar estudando e com êxito. Já no 2º ano, percebe-se que houve um aumento nas reprovações de 8 para 22,3% e diminuição das aprovações de 85,1 para 76%, com baixa taxa de abandono, de 2,7%. Os alunos do 2º ano, em média com 16 anos, entram faixa de empregabilidade, de menor-aprendiz. Isso pode explicar por que muitos não conseguem, mesmo a noite, ter tanto desempenho escolar, já que começa a ter que se dividir entre o trabalho e o estudo. Ainda assim, com opção de estudar a noite, a evasão escolar foi mínima.

5. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Sabe-se que o Ministério da Educação colocou para consulta pública o Novo Ensino Médio, que recebeu muitas críticas por parte de especialistas, professores e alunos. Com fim dessa consulta, segundo reportagem do G1 (2023), foi proposto o aumento da carga horária das disciplinas curriculares da BNCC e a diminuição dos itinerários formativos. A reportagem toca no problema crescente da evasão escolar com o Ensino Médio Integral. Por isso há uma proposta de pagamento de uma bolsa de estudos que poderia estimular o

estudante mais pobre a continuar na escola durante o dia, ao invés de, simplesmente parar de estudar.

Estas medidas tomadas em âmbito federal devem melhorar o fluxo de alunos na escola e, se aprovadas, também devem ter impactos nos índices de aprovações e reprovações. Mas, acredito, que além disto, como foi observado na escola deste estudo de caso, a implantação da modalidade do Ensino Médio Regular Noturno, deve ser mantida e, talvez, ampliada, para poder abrigar aqueles estudantes que, porventura, não tenham a opção de não buscar um emprego durante o dia. Pois, sabemos, são muitas as variáveis que levam o jovem ao mercado de trabalho, ainda na adolescência, principalmente nas periferias.

Além disso, é preciso reforçar que a escola precisa ser acolhedora e transformadora de vidas. Isto só vai ser possível, se houver investimento financeiro, não somente na parte da estrutura física da escola de referência, que é importante, sem dúvida, mas também na valorização do professor. Aqui, uma mensagem ao Governo Estadual. É necessário investir em salários, planos de carreira e concursos públicos que sejam atrativos ao magistério, porque com pessoal qualificado e motivado, o trabalho se tornará mais aprazível a estudantes e professores.

Ainda precisaremos saber quais serão os desdobramentos da nova proposta do MEC e como serão os impactos das mudanças nos estudantes, principalmente para aqueles que se preparam nos 3 anos de Ensino Médio para o ENEM. Mas espera-se que, se houverem as mudanças propostas, as modificações na legislação da reforma do ensino médio; com uma política estadual de valorização do magistério e da estrutura física das escolas; que o colégio objeto de estudo consiga manter a versão noturna do Ensino Médio, muitos dos problemas de reprovações e evasões escolares sejam mitigados.

Resumidamente, temos o seguinte quadro:

Quadro 5: Propostas de intervenção

Elemento	Proposta
Ação	<ul style="list-style-type: none"> • Nível local: manter e ampliar a oferta de Ensino Médio Regular Noturno. • Nível estadual: uma política de valorização docente. • Nível federal: mudanças na lei da reforma do Ensino Médio Integral.
Agente	<ul style="list-style-type: none"> • Nível local: a escola e o colegiado escolar • Nível estadual: Governo de Minas Gerais, • Nível federal: Ministério da Educação e parlamentares.

Modo	<ul style="list-style-type: none"> • Nível local: a ampliação da oferta do Ensino Médio Noturno poder reivindicada da comunidade escolar através do colegiado, que faria com que escola encaminhasse o pedido à Secretaria Regional de Educação, a quem cabe autorizar a criação de turmas. • Nível estadual: Estimular o aperfeiçoamento profissional, dignidade salarial, plano de carreira que incentive os docentes a entrarem e ficarem na rede estadual. • Nível federal: O MEC já encaminhou uma proposta de reforma após consulta pública e, agora espera-se a votação do Congresso Nacional para alteração na lei.
Efeito	<ul style="list-style-type: none"> • Nível local: Diminuição da evasão escolar daqueles alunos que trabalham durante o dia; aumento do número de matrículas no período noturno; diminuição nas reprovações e consequente aumento das aprovações. • Nível Estadual: Profissionais motivados e incentivados a crescerem na rede estadual tendem a ter melhor performance, o que se refletirá também nas aulas e nos estudantes. • Nível federal: Aumento da carga horária das disciplinas curriculares da BNCC, diminuição da carga horária dos itinerários formativos; criação de uma bolsa estudantil, que estimularia o jovem a ficar na escola durante o dia.
Detalhamento	<ul style="list-style-type: none"> • Nível local: dar a opção de estudo àqueles que têm que trabalhar durante o dia, deve refletir de imediato no crescimento do número de matrículas nesta etapa de ensino como um todo. • Nível estadual: Com cerca de 30 aulas por semana, um professor do Estado, com dois cargos e com plano de carreira deficitário, tem uma rotina estressante e pouco convidativa a investir na qualidade das aulas. É preciso dignidade salarial, repasse dos recursos do FUNDEB aos professores, um plano de carreira promissor. • Nível federal: após a proposta passar no Congresso e ser sancionada pelo Presidente da República, espera-se sua implementação a partir de 2025.

6. CONCLUSÃO

Assim, com estes dados disponíveis, podemos inferir que uma boa parte dos adolescentes do Ensino Médio que dependem da escola estadual modelo, ou seja, periféricos e de classes baixas, foram e estão sendo prejudicados com a política pública do Novo Ensino Médio Integral, quando o estabelecimento de ensino não oferece alternativa noturna ou quando não há uma bolsa estudantil que os faça ficar na escola durante o dia todo, o que leva muitos a abandonarem a escola integral para trabalharem e se não acharem o equivalente noturno para esta etapa de ensino é possível que não

concluem o Ensino Médio, já que os números do Censo da Educação do INEP apontam para a diminuição acentuada de estudantes no terceiro ano, período que concentra, em sua maioria, estudantes de 17 anos.

É preciso que um projeto de política pública, com esta magnitude, que, em tese, afeta todos os adolescentes do país, seja pensado com e para essa mesma juventude, que o corpo docente, que realmente vivencia cotidianamente a realidade desses estudantes seja ouvido, para que surja daí, um modelo de escola que torne seus alunos coparticipativos do processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, é bom lembrar que se trata de uma política pública que afeta a vida de milhões de adolescentes brasileiros, então é necessário olhar para o projeto como um todo, fazer pesquisas constantes de avaliação do que está sendo implementado e verificar na base, com o público-alvo como estão sendo afetados por ela. Os estudantes de escolas públicas e periféricas deste país tem o direito constitucional à educação de qualidade, da mesma maneira que os estudantes de escolas privadas. Então, que o Ensino Médio que chegue até eles seja algo que lhes de chances de boas oportunidades no futuro, em suas vidas adultas, seja profissionalizante, seja voltado à preparação para a vida universitária. A formação do estudante no Ensino Médio deve ser pensada com cuidado e responsabilidade.

REFERÊNCIAS

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. **Agenda política**, v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67>. Acesso em: 28 jun. 2023.

BARBOSA, Carlos Soares; DE SOUZA, José Carlos Lima. O novo ensino médio de tempo integral: reducionismo, privatização e mercantilização da educação pública em tempos de ultraconservadorismo. **e-Mosaicos**, v. 8, n. 19, p. 94-107, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/46449/31708>. Acesso em 28 jun. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar**. Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em 15 ago. 2023.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Saeb 2021** : Indicador de Nível Socioeconômico do Saeb 2021: nota técnica. Brasília, DF: Inep, 2023.

DA SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel; BOUTIN, Aldimara Catarina. Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. **Educação**, v. 43, n. 3, p. 521-534, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1171/117157485009/117157485009.pdf>. Acesso em 28 jun. 2023.

GOMES, Heyde Ferreira. **O novo ensino médio na rede pública estadual de ensino de Minas Gerais: um estudo da implementação do tempo integral e integrado**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/35482/1/O%20NOVO%20ENSINO%20M%C3%89DIO%20NA%20REDE%20P%C3%9ABLICA%20ESTADUAL%20DE%20ENSINO%20DE%20MINAS%20GERAIS.pdf>. Acesso em 28 jun. 2023.

LIMA, Paulo Gomes; MARRAN, Ana Lúcia. A avaliação de políticas educacionais por meio da abordagem teórico-analítica do ciclo de políticas. **Práxis Educativa**, Ponta

Grossa, v. 8, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 2013 Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em 28 de ago. 2023.

LINO, Lucília Augusta. As ameaças da reforma: desqualificação e exclusão. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 75-90, jan./jun. 2017. Pp. 75-90. Disponível em: <https://www.esforce.org.br/> . Acesso em 10 de set. 2023.

NOVO ensino Médio, quais os próximos passo? Algo mudará na sala de aula. **G1**. [online], 08 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/08/08/novo-ensino-medio-quais-os-proximos-passos.ghtml>. Acesso em 18 de set. 2023.

PEREIRA, Mauricio Gomes. A introdução de um artigo científico. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 21, n. 4, p. 675-676, dez. 2012. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742012000400017&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 01 jul. 2023.

ROOS, Míria Maria de Souza; FRITSCH, Rosangela. O ensino médio politécnico: uma política pública no contexto da prática em escolas estaduais de São Leopoldo/RS. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 11, n. 12. 2017.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: conceitos, tipologias e subáreas. **Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães**. São Paulo, 2002. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>. Acesso em 28 jun. 2023.

SÜSSEKIND, Maria Luiza. A BNCC e o “novo” Ensino Médio: reformas arrogantes, indolentes e malévolas. **Retratos da escola**, v. 13, n. 25, p. 91-107, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/35482/1/O%20NOVO%20ENSINO%20M%c3%89DIO%20NA%20REDE%20P%c3%9aBLICA%20ESTADUAL%20DE%20ENSINO%20DE%20MINAS%20GERAIS.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.